

**Título:** A cidade e o futuro prefeito

**Veículo:** Pioneiro - **Localidade:** CAXIAS DO SUL - RS - **Data de publicação:** 29/11/2020

**Editoria:** Política - **Página:** 4

**Tiragem:** 26.150

**Centimetragem:** 1 cm/coluna - **Retorno média:** R\$ 96,00

ELEIÇÕES 2020

Pioneiro  
SÁBADO E DOMINGO, 28 E 29 DE NOVEMBRO DE 2020

4

# A CIDADE e o futuro prefeito

Pioneiro reuniu principais desafios para gestor que será eleito neste domingo

CRISTIANO DAROS  
cristiano.daros@pioneiro.com

O dia 29 de novembro irá definir qual Caxias do Sul sua população deseja para os próximos quatro anos. Está nos dedos de 333 mil eleitores, que irão depositar nas urnas, quem eles desejam para ocupar o cargo de prefeito entre 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024: Adiló Didoméico (PSDB) ou Pepe Vargas (PT).

Novo chefe do Poder Executivo terá a missão de coordenar e desenvolver uma cidade com cerca de 517 mil habitantes e orçamento proposto de quase R\$ 2,4 bilhões. E não faltam desafios para o novo administrador.

Do final do mês de setembro até o início de novembro, o Pioneiro trouxe vários temas que preocupam a população e serão desafiadores para o futuro prefeito. A série *A Cidade é de Todos* expôs problemas, ouviu especialistas e trouxe exemplos de várias cidades do mundo. Ideias que poderão ajudar ao próximo prefeito que irá ocupar o prédio entre as ruas Alfredo Chaves e

Dom José Barea.

No primeiro ano de mandato, cabe ressaltar, o eleito terá uma receita, em números exatos, de R\$ 2.392.041.195,26 para administrar, segundo a Lei Orçamentária Anual que ainda tramita na Câmara de Vereadores.

Caxias do Sul cresce de tamanho anualmente. Com isso, vem desafios na mesma proporção e que precisarão de muita atenção do próximo prefeito. Um dos casos mais emblemáticos e que gera preocupação é o chamado Caso Magnabosco. Após 30 anos de judicialização sobre o terreno onde hoje está localizado o bairro Primeiro de Maio, a sentença foi contra o município. A dívida projetada é superior a R\$ 850 milhões. Ainda que a atual gestão tenha ingressado com mais um recurso no STJ e adiado a execução da dívida, uma hora ela deverá ser quitada.

Esse valor irá impactar diretamente no caixa do município, numa cidade que já tem problemas estruturais. 40 mil postos de trabalhos formais desapareceram em sete anos. Ao mesmo tempo, os empresá-

rios reclamam pelo excesso de burocracia que impede novos empreendimentos de serem implementados na cidade.

Ainda existem outras demandas que interferem diretamente na vida de quem mais depende de políticas e ações do poder público. De forma geral, são mais de 75 mil atendimentos que estão na fila do Sistema Único de Saúde (SUS). O déficit de vagas no Ensino Infantil ultrapassa a marca de 7 mil – considerando as 4 mil vagas que são compradas na rede privada.

E em meio a tantos problemas, ainda estamos lidando com uma pandemia. O ano de 2020 é praticamente perdido e, quando a disseminação do coronavírus parecia arrefecer, tudo mudou. Será preciso muito trabalho para que o sistema não entre em colapso e gere um quadro pior até a chegada da vacina. Desafios sobram para o vencedor do pleito deste domingo. Confira nestas duas páginas. Estará nas mãos de Adiló ou Pepe entregar uma cidade muito melhor quando 2024 chegar.

\* Com Camila Boff

## CASO MAGNABOSCO



### 1. Qual é o gargalo?

Seguramente, este é o maior desafio da próxima gestão. A dívida já se aproxima de R\$ 850 milhões e a estimativa é de que a cada mês sem a execução do pagamento esse montante cresce em R\$ 12 milhões. Números capazes de abalar o orçamento. A sentença irreversível do caso foi deferida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) ainda em novembro de 2019. A prefeitura entrou com dois recursos, desde então, questionando alguns pontos do processo. O primeiro foi indeferido e o segundo ainda não teve respostas do STJ. Ainda assim, a execução da dívida ocorrerá num futuro próximo e deverá ser o grande peso no orçamento do município.

### 2. Prioridades e caminhos possíveis.

O caminho mais rápido seria propor um acordo. Segundo o advogado que representa os Magnabosco, ouvido em agosto deste ano, a família está disposta a negociar. Só que é preciso partir de iniciativa da prefeitura, que é ré neste caso.

Outro meio está na contestação dos juros, de mora e compensatórios. Segundo Jorge Galvão, sócio do escritório Ilmar Galvão Advogados Associados, entrevistado em novembro de 2019, a prefeitura pode pedir a revisão dos juros. Um ponto a ser abordado pela defesa estaria em declarar o terreno como terra improdutiva. Além disso, incluir a Lei 11.960/2009, que rege as dívidas da Fazenda Pública e tem fórmula de cálculo dos juros diferente. Usando esses dois pontos, que podem ou não serem aceitos na Justiça, a dívida chegaria num valor bem abaixo dos R\$ 850 milhões atuais.

## EDUCAÇÃO INFANTIL



### 1. Qual é o gargalo?

A Educação Infantil é um ponto sensível. Afinal, por dever, o município deve garantir o acesso de todas as crianças, e isso não está sendo cumprido à risca. A falta de vagas é recorrente e, segundo dados da prefeitura de Caxias, há uma fila de espera de 3.536 crianças de zero a três anos. No ensino obrigatório, entre quatro e cinco anos, o déficit é de 11 vagas. Ainda assim, é preciso levar em consideração que o município paga 4.552 vagas na rede privada. Algo que interfere diretamente no caixa da prefeitura.

### 2. Prioridades e caminhos possíveis.

Para coordenadora e docente do curso de Pedagogia da FSC Centro Universitário e mestre em Gestão Educacional mestre em Gestão, Simone Martingui Onzi, ouvida na série *A Cidade é de Todos*, é preciso investir na construção de novos espaços para conseguir dar conta desse déficit. – A compra de vagas em escolas infantis privadas auxilia na diminuição de demanda, mas como um “tapa buraco”, e não como uma melhoria efetiva. Contudo, ainda assim, a oferta de um maior número de vagas para o ensino infantil precisa estar conectada à oferta de uma educação infantil que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo em crianças de 0 a 5 anos – afirma Simone. Além disso, ela resalta que é necessário a criação de políticas de governo, não apenas partidárias e que se encerrem ao final de cada mandato, para investimento no corpo docente. Isso vai além de valorização salarial, mas envolve a formação e até a saúde psicológica dos profissionais.

## EMPREGO



### 1. Qual é o gargalo?

Nos últimos sete anos, quase 40 mil postos de trabalho formal desapareceram na cidade. Desse total, cerca de 70% concentrava-se na indústria.

### 2. Prioridades e caminhos possíveis.

A pós-doutora em Ciência do Território pela Université Joseph Fourier (França), professora e pesquisadora da UCS Janaina Macke, ouvida na série *A Cidade é de Todos*, afirma que é necessário definir a cidade pretendida e, assim, traçar um caminho. Uma alternativa é a especialização ainda maior na campo metalmeccânico, em que temos memória e histórico. Ou então buscar uma diversificação de cluster. O cluster é um conjunto de empresas, ou cadeias produtivas, que trabalham em conjunto. Segundo a especialista, o Vale dos Vinhedos se encaixa como exemplo, onde há o produtor, o turista, os institutos de pesquisa, o governo, as empresas e as faculdades. Para José Paulo Soffredi Soares, coordenador do grupo Atração e Retenção de Investimentos do MobiCaxias (Mobilização por Caxias), também ouvido na série, uma medida que pode gerar mais empregos é estimular o empreendedorismo no setor de serviços. Outra possibilidade de foco seriam jovens oriundos dos interior que perderam o emprego na pandemia e que poderiam regressar para o campo com conhecimento tecnológico. A intenção seria criar um programa de treinamento em parceria com o Sistema S (Sesc, Senac, Senai). Outra forma de gerar empregos, segundo Soares, seria através de estímulo a empresas intensivas em conhecimento, gerando alto valor agregado.



Uma cidade múltipla, com 517 mil habitantes, orçamento de R\$ 2,4 bilhões, contempla o horizonte de 2024

PONTIUS JANUARI, 08. 08/20